



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

**Ata de Reunião do Comitê de Gestão Estratégica
Em 19 de março de 2014**

Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às 9:20 horas, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas, situado no Edifício Desembargador Edgar Valente de Lima, reuniu-se o Comitê de Gestão Estratégica- CGE, presidido pelo Exmo. Senhor Desembargador Presidente, José Carlos Malta Marques. Também participaram da reunião o Juiz Auxiliar da Presidência, Maurílio da Silva Ferraz, o Juiz Auxiliar da Corregedoria - Geral da Justiça, Antônio Emanuel Dória Ferreira, a Presidente da Associação Alagoana dos Magistrados – ALMAGIS, Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, o Presidente do SERJAL, Ednor Gonzaga Júnior, o Presidente do Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário – FUNJURIS, Roldão Oliveira Neto, o Diretor-Geral do Tribunal de Justiça, Maurício de Omena Souza, o Procurador Geral do Tribunal de Justiça, Filipe Lôbo Gomes, o Assessor-chefe da APMP, Clóvis Gomes da Silva Correia, o Diretor da Diretoria Adjunta de Contabilidade e Finanças – DICONF, José Henrique Gama Lins, o Diretor do , José Baptista dos Santos Neto, os servidores da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário-APMP, Guilherme Rossilho e Catalina Velasquez e a servidora da Divisão de Gerenciamento de Projetos - DIGEP, Fabrícia Haniery Cavalcante Silva. O Exmo. Desembargador Presidente iniciou a reunião dando boas vindas à nova presidente da Associação Alagoana de Magistrados- ALMAGIS, ressaltando a grande satisfação de tê-la como integrante do Comitê e a certeza de que representará com a mesma qualidade de atuação do anterior presidente, que sempre teve grande comprometimento com o Poder, com relevantes contribuições nas discussões dos assuntos tanto de interesse da gestão do Poder Judiciário quanto dos Magistrados. Após as considerações, declarou aberta a reunião. Dando início aos trabalhos o presidente confirmou a aprovação da ata da reunião de 13 de novembro de 2013 por todos os membros. O Juiz Maurílio Ferraz lembrou a todos que as comunicações do Comitê de Gestão Estratégica são realizadas por e-mail. Passou-se ao segundo tópico da pauta, resultado do Diagnóstico da Gestão Estratégica 2013 e apresentação dos Macrodesafios aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ dois mil e quinze, dois mil e vinte o qual foi explanado pelo Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes da Silva Correia. Iniciou lembrando a importância do Comitê, que no ano de 2013 discutiu intensamente assuntos ligados ao planejamento estratégico visando implantar projetos, ações e iniciativas para melhoria da gestão. Como resultado dessas iniciativas apresenta-se o melhor posicionamento do tribunal no diagnóstico do CNJ, que no ano de 2012 encontrava-se em último lugar e no diagnóstico de 2013 assumiu o quarto lugar, com avaliação que resultou em oitenta e nove por cento de grau de cumprimento das recomendações que o Conselho Nacional de Justiça- CNJ estabeleceu à gestão estratégica. Ressaltou que a assessoria vem trabalhando em atividades de gestão de processo, com o trabalho de mapeamento já iniciada pelo grupo criado em setembro de 2013, que começou pela parte administrativa, sendo intenção expandir para a atividade fim, a jurisdicional; proposta esta que será apresentada posteriormente. Quanto aos trabalhos já finalizados será prestada informação na próxima reunião do CGE . Apresentou a planilha de resultados alcançados pelos tribunais de todo o país e as respectivas dimensões trabalhadas que foram: planejamento, execução, monitoramento, tecnologia e comunicação, capacitação, esta relacionada à capacitação em sistemas de monitoramento de indicadores. Citou o processo

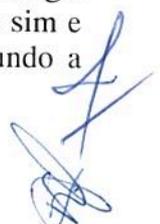
administrativo aberto pela APMP com a finalidade de realizar a capacitação no GPWEB, sistema de controle de indicadores e planejamento que servirá de instrumento de controle da execução do planejamento estratégico. Ressaltou a dificuldade com a qual trabalha a APMP para realizar esses controles, que atualmente se faz por meio de planilhas de EXCEL, assim a informação é pega de forma não automatizada, em cada setor para depois transferir para planilha. Lembrou que o sistema de monitoramento é uma orientação do CNJ. Quanto à dimensão da comunicação da estratégia, o tribunal fará uma pesquisa que terá como objetivo saber se existe o conhecimento da estratégia pelos servidores e magistrados e também da sua execução, fornecendo um diagnóstico para direcionar as atividades da gestão para disseminar a estratégia. A pesquisa terá como facilitadores os agentes da estratégia, servidores que participaram do curso de formação realizados em 2013. No resultado geral o tribunal encontra-se em quarto lugar, no âmbito estadual e décimo, no âmbito nacional. Passou a falar dos macrodesafios, lembrando que o processo de gestão estratégica é cíclico, sendo necessário revisita-lo e iniciar na gestão atual a formulação do novo processo de gestão para o período dois mil e quinze a dois mil de vinte, como base nos macrodesafios já aprovados pelo CNJ, que visam a busca da efetividade na prestação jurisdicional. Após discussão pelos tribunais e do encontro nacional foram definidos como macrodesafios as garantias e direitos à cidadania, combate à corrupção e improbidade administrativa, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, adoção de soluções alternativas de conflitos, gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, impulso às execuções fiscais cíveis e trabalhistas, aprimoramento da gestão da justiça criminal, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão de custo, instituição da governança judiciária, melhoria da infraestrutura e governança de TIC. Quanto ao aspecto da tecnologia e da modernização, ressaltou que desde o início da gestão vem sendo discutido com a DIATI para saber quais ações estão sendo implantadas e quais serão realizadas para melhoria do primeiro grau, passando o Diretor da DIATI a fazer considerações. O diretor relatou que na capital encontram-se bem adiantadas em todas as ações relativas à tecnologia e as varas estão totalmente virtualizadas; quanto ao interior, estão sendo adotadas as medidas para a virtualização que trará melhorias e funcionalidades para os trabalhos, como a gravação de audiência, vídeo conferência que integrará as varas criminais com os presídios. Frisou que o atendimento às demandas do interior estão sendo realizadas em tempo menores. Indagado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Antônio Emanuel Dória Ferreira, quanto à previsão de virtualização das comarcas de interior, o diretor da DIATI informou que a pretensão é que até o final da gestão sejam virtualizadas todas as comarcas. Diante da resposta o juiz auxiliar frisou a importância da virtualização para reduzir os prejuízos trazidos pela carência de servidores nessas comarcas. Como resultado se reduzirá os atendimentos, proporcionará mais celeridade nos atos, facilitar as audiências, evitará o deslocamento de presos, a fidedignidade da informação pelas gravações, entre outros benefícios. O juiz auxiliar da presidência, Maurílio da Silva Ferraz, falou que essa virtualização foi fruto da adoção desse propósito pela Comissão de Virtualização, explicando que foi firmado contrato com a Softplan, no valor de um milhão e quinhentos mil reais para virtualizar cem por cento das comarcas de interior, valor que foi questionado pela presidente da Almagis, Maria de Fátima Pirauá, diante da pouca eficiência demonstrada pela empresa nesses anos de trabalho com o sistema. Diante do posicionamento da magistrada, o Procurador Geral Filipe Lôbo Gomes esclareceu que outras empresas, inclusive multinacionais, foram pesquisadas e a melhor proposta foi a da Softplan. O Juiz Auxiliar da Corregedoria se posicionou no sentido de que muitas deficiências da Sofplan são decorrentes da falta de ação do próprio Poder Judiciário que não exerce a fiscalização e as cobranças devidas. Diante disso, a magistrada frisou que durante sua época na Central de Conciliação teve grande dificuldade de implantar tudo que precisava realizar por alegarem que não era vara. O procurador também frisou que muitas deficiências da Softplan decorreram da formatação do contrato vigente à época, que dava espaço para o descomprometimento da empresa com o atendimento adequado, por falta de punição adequada, e que será realizado um aditivo com o fim de resolver alguns desses problemas. Observando a questão colocada quanto ao contraponto de contratos, o juiz auxiliar da corregedoria elogiou a iniciativa tomada pela Corregedoria em parceria com DIATI, em reunião realizada após o plantão do carnaval que foi extremamente tumultuado que resultou na maior cobrança da DIATI a Alo Telecom que melhorou o serviço no plantão seguinte, com feedback constante, não havendo nenhum problema



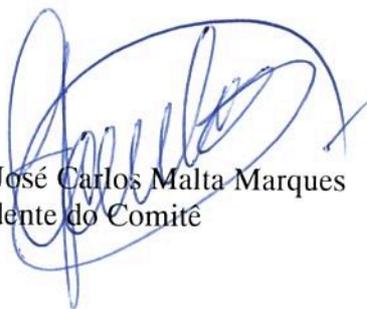
quanto à velocidade dos serviços. No que se refere a essa situação de instabilidade de telefone e internet o Presidente ressaltou os elogios e manifestações positivas dos juízes quanto ao atendimento da DIATI. Lembrou também da dificuldade técnica que houve na reinstalação do Termo de Chã Preta que prontamente foi resolvido pela DIATI. Mencionado dificuldades que foram enfrentadas pelo tribunal durante mutirões e outras atividades, o Presidente ressaltou a importante contribuição que o servidor Magno Vitório sempre deu ao Poder Judiciário e que acredita ser o melhor servidor que o tribunal possui, ratificando no mesmo sentido a Presidente da ALAMGIS. Relembrou a situação de sua atuação na comarca de Piranhas quando aquela unidade ficou carente de servidor, a participação dele nas atividades de urgência do tribunal. No mesmo sentido ratificou a Presidente da Almagis a constante atenção desprendida pelo Diretor da DIATI às solicitações feitas. Prosseguiu o Assessor-chefe da APMP a discorrer acerca dos macrodesafios definidos pelo o CNJ e que a partir deles se identificarão as iniciativas que farão parte de cada um deles e quais indicadores estratégicos serão trabalhados. Nesse sentido informou que foram enviados aos membros do Comitê, em janeiro deste ano, via intrajus, esses macrodesafios a fim de que fossem dadas contribuições, todavia não recebeu qualquer colaboração, e a própria APMP iniciou a definição dos indicadores que poderiam ser trabalhados, sendo encaminhados ao Comitê regional. Os indicadores propostos serão trabalhados em encontro nacional que será realizado na próxima semana. Foi indagado pelo Presidente se os membros desejam algum esclarecimento sobre os pontos apresentados, em relação aos quais se manifestou a Presidente da Almagis do que serão essas ações na dimensão da adoção de soluções de conflito. Informou o assessor que se trata de um desafio que o tribunal deverá alinhar ações e adotar medidas para atingir cada macrodesafio, sendo esse um dos pontos. Quanto ao assunto a magistrada levantou a necessidade de se dar mais atenção aos centros que já existem, frisando a importância de um Núcleo de Conciliação na Ufal e no conjunto Benedito Bentes. Nesse sentido o Presidente do Comitê expôs seu posicionamento contrário. Explicou o assessor as informações trazidas ao Comitê é exatamente para definição das ações que se adotará para alcançar esses macrodesafios no próximo planejamento estratégico. Foi solicitado pelo Presidente que o assessor explanasse acerca do tema governança, sendo explicado que corresponde a todos os aspectos ligados a gestão estratégica, comunicação, tecnologia, publicidade, enfim todos os aspectos ligados a gestão cuja abordagem é decorrente de aspectos inicialmente aplicados no âmbito privado. O Assessor - Chefe da APMP continuou apresentado o resultado no 1º Mutirão Administrativo informando que foram analisados sessenta e cinco processos, dos quais vinte e nove foram analisados no dia e pactuados prazos. Já foram resolvidos dezesseis e onze aguardam resolução, mas dentro do prazo. Apenas dois processos não foram resolvidos no prazo pactuado. Diante da indagação do Presidente do Comitê quanto aos remanescentes não analisados, a servidora da APMP, Fabrícia Haniery, explicou que havia intenção da APMP de realizar um segundo mutirão administrativo, mas que em decorrência do possível mutirão dos processos do FUNJURIS, foi necessário aguardar data provável. Em razão da não autorização pela presidência para o mutirão do FUNJURIS, ficou definida a data de vinte e cinco de abril para o segundo mutirão administrativo, já agendado com a presidência. A seguir passou à introdução do tema relacionado aos indicadores estratégicos reafirmando a importância do monitoramento. A partir dessa introdução foi passada a palavra para o Analista Judiciário especializado, Guilherme Rossilho que começou explicando os parâmetros que serão apresentados e passou a explicar os indicadores esclarecendo pontos nos quais houve indagação. Em relação ao primeiro indicador, referente ao índice de satisfação do cliente, informou que está sendo feita a primeira pesquisa de satisfação realizada no final de 2013, cujos resultados estão sendo apurados. O segundo indicador que diz respeito à taxa de congestionamento no 1º grau apresentou redução ao longo dos anos, com melhoria de 6,7 pontos percentuais em 2013. Caso se mantenha o bom desempenho é provável atingir a meta prevista para 2014 que ficar abaixo de 70%, já que o resultado alcançado em 2013 foi 67,2%. Indagou o Presidente do Comitê em ser a taxa de congestionamento unidades uma variável inversamente proporcional ao julgamento, e, considerando que há um empenho grande dos magistrados, então, se alcançarmos bom resultado de julgamento se terá boa taxa de congestionamento. Quanto a isso, explicou o Assessor - Chefe da APMP que este indicador liga-se à baixa e não ao julgamento, o que requer uma atenção das unidades no sentido de movimentação do processo corretamente até a sua baixa. No indicador índice de virtualização dos

processos novos que teve como meta 2013 – 85% e apresentou resultado de 54,12%, o Presidente afirmou a importância da virtualização para melhorar essa situação, propondo que a meta para 2014 de cem por cento de virtualização seja mantida, o que concordou o Comitê. O juiz da corregedoria lembrou a dificuldade de baixar processos criminais, quando o réu é falecido ou não é identificado pelo MP; falou sobre a dificuldade da exatidão dos dados por causa de processos dependentes, sendo explicado pelo Assessor - Chefe da APMP que essa variável é levantada pelas classes processuais no SAJ, definidas na pesquisa, o que exclui essa possível inclusão de classes dependentes. O indicador cinco, redução do consumo de papel apresentou como resultado a diminuição de consumo nos dois últimos anos, sendo de 8% em relação a 2009. Lembrou que existe um projeto de otimização das impressões que pode melhorar os resultados. A meta estabelecida para 2014 (redução de 30%) é muito desafiadora. O diretor da DIATI falou da nova empresa que será mais eficaz no controle do uso de papel. Quanto ao assunto o presidente fez uma breve exposição do caso do STF no consumo de papel, frisando o aumento do consumo em início de ano, da cultura de adoção de penas alternativas, como o replantio de árvores pelos réus. Na oportunidade, o Presidente lembrou a instituição da comissão de meio ambiente, que fez visitas ao Tribunal de Justiça de Sergipe para conhecer as atividades desenvolvidas por comissão semelhante naquele tribunal. A servidora da APMP, Fabrícia Haniery, lembrou que existem projetos apresentados neste tribunal que estão intimamente ligados à questão ambiental, o TJ-eco solidário e eficiente e impressão frente e verso. Foi esclarecido pela servidora que são projetos menores, ante o valor disponibilizado pelo FUJURIS para o primeiro edital interno de projetos, mas que certamente contribuirão com os trabalhos ambientais e seria interessante um contato dos gestores desses projetos com a citada comissão, com o que concordou o Presidente do Comitê. Informou a servidores que o projeto de impressão está também no aguardo da nova contratação das impressoras, já faz parte dos instrumentos indicados pelo servidor Paulo da 4ª Vara Cível de Arapiraca, gestor do projeto. O projeto TJ-ECO tem a proposta de reciclagem e outras atividades. Esses projetos segundo a servidora são muito aliados a esses direcionamentos de redução de custos. Prosseguindo com os indicadores, mostrando que o indicador sete, redução do consumo de energia que tem como meta 2013 378,02 KW por pessoa e o resultado foi 648 KW por pessoa. Frisou o presidente que existe um consultor no tribunal, mas que nunca recebeu nenhum relatório desse consumo de energia e de ações de melhoria. Lembrou o servidor da APMP que os dados podem apresentar inconsistência nos dados de 2009 e por isso foi pedido o recálculo. Outro desafio levantado é quanto ao fechamento das portas de segurança que ficam abertas sobrecarregam o sistema de energia. Falou também da necessidade de maior controle das lâmpadas que ficam acessas durante toda noite. Relacionado ao indicador oito, eficiência na arrecadação das receitas, informou que ainda não está sendo medido pela dificuldade de levantamento, mas que um trabalho conjunto com a Diretoria de Contabilidade e Finanças e Fundo de Modernização do Poder Judiciário - Funjuris ajudará no estabelecimento e alinhamento desse levantamento. Em relação ao indicador dez, índice de acesso à justiça, foi questionado os resultados apresentados, já que o percentual de atendimento está muito abaixo do real, pois todos os municípios são atendidos. Observou-se que na verdade esse resultado será alterado, pois anteriormente era medido considerando apenas a justiça itinerante, conforme esclarecido pelos servidores Clóvis Gomes e Fabrícia Haniery, que anteriormente eram os responsáveis pelo setor de estatística. Foi também sugerido pelo procurador Filipe Lôbo a inclusão do FERC nesse indicador. Por essa razão, o juiz auxiliar da presidência solicitou uma reunião com o responsável pelo FERC, juiz Léo Denisson para então decidir se caberá essa informação dentro do acesso à Justiça. Para o indicador onze, número de pessoas beneficiadas por projetos sociais foi informado a necessidade de selecionar alguns tipos de atendimentos para que se possa padronizar o indicador (Justiça Itinerante + PCJE) e recalcular de 2009 até 2014. Nesse sentido, foi sugerido pelo juiz auxiliar da presidência, Maurílio da Silva Ferraz, a necessidade de se reunir com os juízes que trabalham diretamente com essas atividades, o juiz Andre Geda, Carlos Cavalcante, Sônia Beltrão e Ana Florinda, além da coordenadora da ESMAL para discutir esses parâmetros. Quanto ao indicador treze, índice de aproveitamento das boas práticas de gestão do poder esse ano é que passará a ser medido como a instituição do projeto juízo proativo, em relação ao qual afirmou a presidente da Almagis ser inoportuno tendo em vista a falta de estrutura dos juízos. No indicador quatorze, índice de parcerias estratégicas que inclui os convênios

que tenham vínculo com a estratégia, o que ficou a dúvida sobre os tipos de convênios que deveriam ser utilizados. Em proposta feita pelo juiz auxiliar da presidência, Maurílio Ferraz, todos os convênios devem ser analisados para definir o que é estratégico, para tanto é necessária uma reunião com a subdireção para definir onde há reciprocidade para com o planejamento estratégico. Quanto ao indicador quinze, índice de promoção de valores éticos e morais, ficou a ser revisitada a meta em parceria com o responsável pelo Programa de Cidadania e Justiça na Escola da ESMAL. Quanto ao indicador dezesseis, índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet a meta já foi alcançada. O indicador 18, índice de inserções institucionais na mídia, esclareceu o diretor da DICOM, Maikel, que o meio de mídia mudou o que não havia parâmetro anterior para esse ano de 2013, o que afeta na medição, já que antes a mídia era escrita em papel. Foi sugerida uma alteração na forma de medição para equilibrar o indicador. Houve uma ampliação do trabalho da comunicação, então o melhor seria passar a aferir esse indicador em cima do que divulgou e produziu, pois a forma de controle em mídia externa não há um sistema para isso. Frisou também que não consegue levantar as inserções quantitativas em cada jornal, mas afirmou que a presença do tribunal na mídia é muito boa. Mas na visão do Desembargador, a DICOM está deficiente externamente, não tem mais entregue os “clips” e que será feita uma reunião para discutir as suas atividades. Quanto ao indicador 19 foi levantada a necessidade de adequação das ações e ver os cursos que tem sido oferecido pela ESMAL. Deverão ser enviadas as resoluções do CNJ que tratam dos cursos e alinhar aqueles que foram oferecidos pela ESMAL, após reunião que deverá ser marcada. Quanto ao indicador vinte, a meta para 2013 era de vinte e quatro por cento e não houve medição. Foi levantada a possibilidade de usar cursos externos feitos pelo servidor o que será definido. Sugeriu-se também a necessidade de ser definida uma melhor forma de apuração. Quanto ao indicador 23, índice de prevenção de saúde, foi frisado pelo o presidente do SERJAL, Ednor Gonzaga Júnior, a necessidade de dar atenção ao projeto de valorização do servidor para que se tenha maior atenção com a saúde do servidor, frisando ainda que essa mesma medida de vacinação poderia ser ampliada para o servidores de interior, concordando nesse sentido a presidente da ALMAGIS, que também questionou porque o projeto não inclui os magistrados. Nesse aspecto afirmou o desembargador que essa questão de vacinação é da saúde pública e não do tribunal, e que o próprio juiz pode solicitar em sua comarca. Quanto a essa posição lembrou a presidente da Almagis que a força do Poder Judiciário é bem maior do que a do juiz, sendo, portanto mais fácil. Continuando a apresentação, a servidora da APMP Catalina Velásquez iniciou apresentação do grau de cumprimento do plano de ações da presidência, lembrou que o Plano foi fruto dos trabalhos realizados em conjunto com a FUNDEPES, e passou então a informar sobre os resultados desse plano de ação. Na diretriz de número um, comunicação e relacionamento com a sociedade, informou que para a finalização da pesquisa de satisfação da sociedade com o Poder Judiciário estão faltando apenas duas urnas da capital para tabular, pois as mesmas ainda não foram entregues. Há também urnas do interior faltando. Para tanto foi acordado que a APMP levantará as unidades que faltam para que o SERJAL solicite diretamente as unidades indicadas. Dentro da diretriz dois, informou que a ação de aproximação da comunicação à Presidência foi adotada. Quanto à ação de criação do escritório de projetos foi também efetivada com a criação Divisão de Gerenciamento de Projetos - DIGEP vinculada à APMP, conforme Resolução nº 02/2013. Quanto à ação de conscientizar e sensibilizar as chefias sobre os papéis nos níveis estratégicos e táticos, foi realizada em 2013 reunião entre a APMP, JAP e Diretores para comunicar a Revisão da Estratégia e da participação das Diretorias na sua execução. Novas reuniões estão previstas no Plano de Comunicação da Estratégia. Além disso, alguns Diretores e Chefes de Setor se reúnem periodicamente no CGE. Outra ação é manter as diretrizes financeiro-orçamentárias e a transparência da gestão anterior. Estão disponibilizadas, no Portal do TJ-AL, informações de diárias, remuneração, os anexos da Resolução 102-CNJ, informações pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros dados. Para a ação de fortalecimento de um processo de gestão democrática, vem sendo realizados encontros com Sindicato dos servidores e Associação dos Magistrados para estabelecer diálogo aberto. Além disso, existem os debates realizados durante as reuniões do CGE e a sua própria composição. Em relação a esse ponto a presidente da Almagis indagou se realmente está acontecendo esses encontros dentro do poder. Sendo esclarecido que sim e que o Comitê também é aberto, respondendo a magistrada que essa pergunta decorreu, segundo a



presidente, em razão da reação do presidente ante a crítica da ausência de vacinação dos servidores de interior. Destacou que não há gestão democrática sem indagações à própria gestão. Frisou também a sua surpresa quanto ao envio de anteprojeto para Assembleia visando a extinção dos cargos de juízes auxiliares sem prévio debate, não se mostrando uma ação democrática. Sendo quanto a esse ponto afirmado pelo presidente do Sindicato que há sim oportunidade a indagações como já ocorrido em momentos anteriores. Quanto à diretriz três, a ação de priorizar a virtualização do 2º grau, apresentou o resultado dos Certificados Digitais emitidos para os servidores, treinamentos assistidos e concluídos. Informou que atualmente a realiza acompanhamento através de *help-desk* e correções no sistema para adaptação do mesmo. Na diretriz quatro, processos administrativos, a ação no sentido de reforçar os princípios e normas de ética e conduta no Judiciário foram realizadas 30 ações através do PCJE (Programa Cidadania e Justiça na Escola), além do “Curso de Aperfeiçoamento de Ética no Serviço Público” que trata do tema específico. Neste ponto destacou o presidente do SERJ/AL quando foi o curso e destacou que há pouca divulgação desses cursos no site no TJ para incentivar os servidores. Também mostrou a necessidade de convênios mais direcionados à capacitação, não apenas descontos em instituição. Esclareceu a servidora da APMP, Fabrícia Haniery, que isso faz parte também do projeto da Diretoria de Recursos Humanos que proporcionará um maior acompanhamento da capacitação dos servidores conforme projeto em andamento. Na diretriz seis, o presidente do SERJ/AL indagou se esses treinamentos em informática são fornecidos realmente e divulgados e se foram enviados ofícios às unidades para que informassem sobre a necessidade de treinamento. Informou o diretor da DIATI que foi enviado ofício aos magistrados para que todos os servidores se manifestassem quanto ao curso que tinham carência de treinamento e que os mesmo responderam. Disse ainda que durante a virtualização a Softplan irá capacitar todos os servidores de cada comarca por quinze dias. Além da disponibilização do EAD para os servidores se logarem e continuar outros treinamentos. Sendo um ponto a verificar a questão da validação desses certificados pela ESMAL. A servidora Catalina informou sobre o encaminhamento que a ESMAL vem buscando que é a plataforma de EAD. No final da discussão foi colocado pelo presidente do FUNJURIS a importância do planejamento ante às críticas feitas pela presidente da ALMAGIS lembrando que nunca se planejou o Poder e que é uma tarefa nova que está se construindo. Foi posto em pauta pelo Diretor – Geral a necessidade de reestruturação da atividade administrativa, que comporta a discussão da reestruturação da DARAD; também foi levantado o problema do cartão corporativo. Todos esses temas ficam para serem discutidos em outra reunião em razão da hora. Foi colocado em pauta solicitação da Associação dos Servidores da Justiça do Estado de Alagoas - Asserjus para compor o Comitê, o que por unanimidade foi deliberado contrariamente em razão de já existir representação dos servidores pelo SERJAL. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu Fabrícia Haniery Cavalcante Silva. Fabrícia Haniery Cavalcante Silva, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que, depois de aprovada pelos presentes, vai assinada pelos integrantes do Comitê de Gestão Estratégica.



Desembargador José Carlos Malta Marques
Presidente do Comitê